



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

VINÍCIUS MONTEIRO DE ARAÚJO

**FONTES DE DADOS E INDICADORES NO SETOR PÚBLICO**

Recife

2023

VINÍCIUS MONTEIRO DE ARAÚJO

**FONTES DE DADOS E INDICADORES NO SETOR PÚBLICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

**Orientadora:** Profa. Dr<sup>a</sup>. Lidia Maria Alves Rodella

Recife

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Araújo, Vinícius Monteiro de.

Fontes de dados e indicadores do setor público / Vinícius Monteiro de  
Araújo. - Recife, 2023.  
38, tab.

Orientador(a): Lidia Maria Alves Rodella

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de  
Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Contábeis -  
Bacharelado, 2023.

1. Indicadores. 2. Transparência. 3. Fontes de Dados. I. Rodella, Lidia  
Maria Alves. (Orientação). II. Título.

310 CDD (22.ed.)

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

VINÍCIUS MONTEIRO DE ARAÚJO

### **FONTES DE DADOS E INDICADORES NO SETOR PÚBLICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em 12 de Maio de 2023.

#### **BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dr<sup>a</sup>. Lidia Maria Alves Rodella  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Profa. Dr<sup>a</sup>. Alessandra Prazeres Cezário  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Daniel José Cardoso da Silva  
Universidade Federal de Pernambuco

## AGRADECIMENTOS

Gratidão é um dos sentimentos mais bonitos para mim. Na verdade, é essencial. Para para pensar na trajetória da construção desse Trabalho de Conclusão de Curso e percebo que foram tantos momentos significativos, porém o mais especial de tudo são as pessoas que me apoiaram e estiveram comigo. Ninguém é tão auto independente que não precise de outro ser humano. Eu preciso de vários. Sem eles, nada seria.

Primeiramente, quero agradecer a Deus. Entendo que tudo isso é acréscimo e Ele é tudo. É Ele quem dá sentido à minha vida.

Tenho eterna gratidão à minha família. Obrigado por me proporcionarem sempre o melhor. Os tenho como exemplo de profissionais, mas principalmente de humanidade. Obrigado pelo amor incondicional durante esses 23 anos de vida e por me ensinarem como a humildade de alma é encantador.

À minha namorada, Livia, por decidir trilhar a vida comigo e por acreditar sempre no meu potencial, sendo minha fã número 1.

À Comunidade Católica Lumen e seus membros, por me ajudar na minha formação humana e espiritual.

À minha orientadora, Lídia, por ter me orientado nesse processo de trabalho de conclusão de curso e ter me auxiliado nesse tempo.

## RESUMO

O trabalho tem por objetivo apresentar fontes e indicadores relacionados ao setor público disponíveis na internet. As fontes públicas de dados são organizações oficiais da administração pública que disponibilizam dados ou indicadores em seus sites e plataformas. A principal função deles é oferecer transparência e acesso facilitado às informações para empresas e membros da sociedade civil. Conforme o Instituto Rui Barbosa (2020), o indicador pode ser entendido como um número que sintetiza uma situação complexa, dado um determinado parâmetro de análise. Sempre será uma simplificação da realidade, pois não capta todos os aspectos dela. O método utilizado para a realização da pesquisa foi o exploratório, através de buscas na internet. São apresentadas sete fontes de dados e vinte e cinco indicadores, de fontes privadas, federais, estaduais e municipais.

**Palavras-chave:** Indicadores. Transparência. Fontes de dados.

## ABSTRACT

The objective of this work is to present sources and indicators related to the public sector available on the internet. Public data sources are official public administration organizations that make data or indicators available on their websites and platforms. Their main function is to provide transparency and easy access to information for companies and members of civil society. The indicator can be understood as a number that synthesizes a complex situation, given a certain analysis parameter. It will always be a simplification of reality, as it does not capture all aspects of it. The method used to carry out the research was exploratory, through internet searches. Seven data sources and twenty-five indicators are presented, from private, federal, state and municipal sources.

**Key-words:** Indicators. Transparency. Data sources.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Instituições estudadas para a apresentação dos indicadores.....	22
Quadro 2 - Indicadores do setor público apresentados nas suas respectivas instituições.....	24

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

Art.	Artigo
CensoSUAS	Censo Sistema Único de Assistência Social
Estadic	Pesquisa Básica de Informações Estaduais
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
KWH	Quilowatt-hora
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
MGISP	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
MUNIC	Pesquisa Básica de Informações Municipais
NCM	Nomenclatura Comum do Mercosul
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TACGAS	Tipologia de capacidade de gestão em assistência social
TCE-SP	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
TCU	Tribunal de Contas da União
WGI	<i>Worldwide Governance Indicators</i> - Indicadores Mundiais de Governança

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
1.1. PROBLEMA DE PESQUISA	12
1.2. JUSTIFICATIVA	13
1.3. OBJETIVOS	13
1.3.1. Objetivo Geral	13
1.3.2. Objetivos Específicos	14
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>15</b>
<b>3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	<b>21</b>
<b>4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS</b>	<b>23</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>37</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>38</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Primeiramente, conforme o Instituto Rui Barbosa (2020), a fiscalização e orientação para um bom e transparente uso dos recursos públicos em benefício da sociedade pode ser visto como fio condutor para toda a atuação dos Tribunais de Contas brasileiros. O entendimento e busca da “efetividade” em tal missão amplia significativamente o compromisso do controle externo, abrangendo, para além da conformidade legal, o atingimento de resultados e a adequação desses resultados para com as aspirações da sociedade.

Ainda segundo o Instituto Rui Barbosa (2020), o indicador pode ser entendido como um número que sintetiza uma situação complexa, dado um determinado parâmetro de análise. Sempre será uma simplificação da realidade, pois não capta todos os aspectos dela. De qualquer forma é uma simplificação necessária para analisar os aspectos complexos considerados mais relevantes da realidade.

Em concordância com Jannuzzi (2014, p. 20), no campo aplicado das Políticas Públicas, os indicadores sociais são medidas usadas para permitir a operacionalização de um conceito abstrato ou demanda de interesse programático na área social. Os indicadores apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente. Eles se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e sociedade civil e permitem o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais. Proporção de pobres, taxa de analfabetismo, rendimento médio do trabalho, taxas de mortalidade infantil, taxas de desemprego, índice de Gini, proporção de crianças matriculadas em escolas são, neste sentido, indicadores sociais, ao traduzir em cifras tangíveis e operacionais várias das dimensões relevantes, específicas e dinâmicas da realidade social.

De acordo com o Programa Cidades Sustentáveis (2021, p. 6), os indicadores apontam, aproximam e traduzem em termos mensuráveis as várias dimensões ou recortes de uma determinada realidade. Por meio deles, é possível analisar a evolução no tempo e no espaço dos diferentes aspectos da vida local e traçar um conjunto de estratégias de acordo com as necessidades da população ou do território em questão. Na gestão pública, os indicadores são a linha de base para o início da sistematização das informações e, em um segundo momento, para um planejamento mais consistente das ações de governo -

processo fundamental para a inclusão de temas relevantes nas agendas públicas governamentais. Além de fornecer subsídios para a elaboração de diagnósticos em diferentes níveis espaciais (intramunicipal, no caso de bairros e distritos, ou intermunicipais, quando se pretende estender a visão para as esferas estadual e nacional, entre outros exemplos), os indicadores também são um instrumento para a realização de prognósticos, para a identificação de cenários e tendências e para a construção de uma visão de futuro que aponte o lugar a que se quer chegar.

Outro aspecto relevante no uso desses instrumentos diz respeito à abertura de dados e informações, à transparência e à prestação de contas por parte do poder público. Levantar indicadores é revelar e dar publicidade à informação, é torná-la disponível para a sociedade, é reconhecer que este é não só um direito de todos os cidadãos, mas também um recurso básico para a gestão pública e para a participação social. Com a disponibilização dos indicadores, a sociedade passa a ter maior poder de fiscalização do gasto público, exigindo o uso mais eficiente, eficaz, efetivo e socialmente justo dos recursos e a reorganização das atividades de planejamento em bases mais técnicas (Programa Cidades Sustentáveis, 2021).

O trabalho está organizado em capítulos de Introdução, Referencial Teórico, em que se aprofunda mais sobre o tema de indicadores abordando as formas, os critérios e recursos utilizados para se obter os dados desejados, além de apresentar como a transparência está associada aos indicadores publicados pelas instituições. Também será apresentado neste estudo o capítulo de Procedimentos Metodológicos, na sequência a Análise e Interpretação dos Resultados e por fim o capítulo das Considerações finais.

## 1.1. PROBLEMA DE PESQUISA

Consoante ao Programa Cidades Sustentáveis (2021, p. 7), a metodologia de indicadores pode ser aplicada em uma grande variedade de casos, tanto em unidades administrativas de uma cidade - como bairros, distritos ou zonas - quanto em unidades de Federação. Esse instrumento também tem utilidade e função em diferentes etapas e processos da gestão pública, desde a identificação de demandas e problemas a serem enfrentados até a avaliação das ações adotadas para solucionar esses desafios. Em geral, os indicadores alimentam um ciclo virtuoso que compreende quatro etapas principais na implantação de uma ação: diagnóstico da realidade local; formulação de políticas públicas; implementação das ações; e avaliação das ações.

Em seguida o Programa Cidades Sustentáveis (2021, p. 8), na elaboração de diagnóstico, os indicadores precisam ser de boa confiabilidade, validade e desagregabilidade, de modo que possam cobrir as diversas temáticas envolvidas nesse processo. Na formulação de programas e políticas públicas são definidas as prioridades do governo, a natureza das intervenções a serem implementadas e o público-alvo dessas ações. Para tanto, pode-se adotar um conjunto mais reduzido de indicadores e considerar a aplicação daqueles que apresentam características sintéticas - ou seja, de índices que considerem diferentes dimensões da realidade ao agregar na mesma medida mais de um indicador analítico, tal como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que sintetiza dados de educação, renda e longevidade. Na implementação e execução dos programas os indicadores também podem cumprir uma função importante, de monitoramento, por conta de suas características de sensibilidade, especificidade e, principalmente, de periodicidade. Desse modo, eles permitem o acompanhamento contínuo de programas e ações, provêm informações para a adoção de medidas corretivas e auxiliam os gestores a mensurar a eficácia, a eficiência e a efetividade da intervenção. E por último na avaliação de ações os indicadores são úteis para a mensuração de resultados, ou seja, para medir os esforços e recursos alocados, bem como os impactos promovidos pela intervenção.

Desse modo, é importante que as organizações mantenham a publicação de dados de maneira atualizada para a população, buscando a transparência e apoiar a tomada de decisão dos gestores. Diante disso, é possível encontrar indicadores do setor público de todas as esferas (municipal, estadual e federal) na internet sem necessidade de autorização para acessá-los?

## 1.2. JUSTIFICATIVA

A relevância dessa pesquisa se dá como base para uma maior compreensão e melhorias na gestão e administração pública em todas as esferas da administração pública. Para isto, indicadores de qualidade e de fontes confiáveis são importantes para que novos estudos e avanços nessa área sejam desenvolvidos.

## 1.3. OBJETIVOS

### 1.3.1. OBJETIVO GERAL

Este estudo tem por objetivo geral apresentar fontes e indicadores relacionados ao setor público das esferas federal, estadual e municipal disponíveis na internet.

### 1.3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para chegar ao objetivo geral foi preciso:

- Mapear fontes de dados do setor público das três esferas administrativas;
- Pesquisar os indicadores disponíveis;
- Apresentar fontes, indicadores e descrevê-los.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo será abordado o tema sobre indicadores e como podem estar associados a governos eficazes, algumas definições dos indicadores em geral, bem como as formas de se obter os indicadores adquirindo assim os resultados por parte da gestão pública, os critérios e recursos utilizados para se obter os dados desejados. Por fim, o capítulo em questão apresentará também sobre a transparência dos indicadores publicados pelas instituições, como também da importância em saber dos dados que são obtidos através de pesquisas e métodos utilizados pelas organizações, além de apresentar alguns dos principais indicadores publicados.

Sobre os dados publicados e os indicadores, Jannuzzi (2018, p.1) retrata que:

“O Brasil seria diferente do que é hoje se não fossem as informações produzidas pelo IBGE e por outras instituições do Sistema Estatístico Nacional. Com todas as iniquidades sociais que ainda persistem no país, o quadro seria seguramente pior caso não houvesse informações estatísticas levantadas há mais de 80 anos ou quase 150 anos, se forem considerados os esforços de realização do primeiro Censo Demográfico em 1872, no final do Império, quase 20 anos depois do planejado, pelas resistências da elite latifundiária e escravocrata da época. Não há como não reconhecer que parte das conquistas republicanas de universalização da educação básica, do acesso à água, redução da pobreza, promoção do desenvolvimento regional, ampliação da cobertura do emprego formal e da previdência pelo vasto território brasileiro deve-se à disponibilidade de informação estatística de boa qualidade e cobertura levantada pelo IBGE e outras instituições como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, os departamentos de estatísticas e pesquisas dos Ministérios e órgãos subnacionais de planejamento e estatística.”

Jannuzzi (2018, p.1) prossegue dizendo:

“É claro que a efetividade das políticas sociais depende de uma série extensa de fatores, mas a informação estatística cumpre papel instrumental relevante em todas as fases de implementação de um programa público, da formulação à avaliação do mesmo (HOWLETT et al., 2013). Políticas sociais são muito intensivas em informação no processo de seu desenho e implementação. Elas se estruturam como sistemas complexos, articulando programas de natureza universal com ações redistributivas em várias áreas setoriais, operados por agentes em diferentes níveis federativos de governo, em contextos desiguais em termos de capacidade de gestão e de perfil socioeconômico de públicos-alvo. Para que essas políticas e programas sociais consigam cumprir seus objetivos específicos e contribuir para maior efetividade social da ação pública, é necessário produzir informação e estudos de diferentes naturezas - levantamentos, diagnósticos detalhados, sistemas de indicadores de monitoramento de ações, pesquisas de avaliação de processos e de resultados de programas, investigação de potenciais impactos e externalidades negativas -, valendo-se de uma combinação plural de metodologias (quali, quanti e participativas), com abordagem de diferentes sujeitos envolvidos (beneficiários, usuários, técnicos na ponta e gestores).”

Na última década, observou-se uma série de estudos sobre indicadores de governança, na tentativa de criar modelos adequados e aplicáveis aos países. Existem diversos tipos de indicadores de governança como: Boivard e Loffler (2003); Van de

Walle (2003); Thomas (2009) entre outros, que apontam uma grande variedade de características estruturais, sociais e de gestão como forma de medir a eficácia dos governos. Contudo, o produto mais difundido e adotado na literatura acerca do tema são os Indicadores de Governança Mundial, ou em inglês Worldwide Governance Indicators (WGI), de autoria de Kaufmann, Kraay e Mastruzzi (1999), formulados para um projeto de iniciativa do Banco Mundial. (JACQUES et al., 2013)

Bons indicadores de governança de alguma forma buscam fornecer uma definição e, geralmente, refletem o que muitos consideraram características apropriadas de governos eficazes. Alguns destes sugerem disciplina fiscal e descentralização de serviços como respostas às necessidades dos cidadãos, por exemplo. A maioria dos indicadores utilizados na literatura concentra-se em uma longa lista de características, enquanto outros apontam medidas individuais (Kaufmann et al.(1999); Knack, Kugler & Manning (2003); e Andrews (2008). Os WGI, de iniciativa de pesquisadores do Banco Mundial, foram criados no intuito de formar um Ranking entre os países de acordo com a qualidade da governança. Por agregar dados de muitas fontes disponíveis, os WGI foram baseados em 340 variáveis produzidas por 32 fontes diferentes, incluindo: provedores de informações comerciais, pesquisas de empresas e famílias, organizações não-governamentais e organizações do setor público (Kaufmann e Kraay, 2008).

As definições dos indicadores, de acordo com Jacques (2013, p.8), são as seguintes:

- (1) Voz e Responsabilização: mede percepções do grau em que os cidadãos do país são capazes de participar na seleção de seu governo, bem como liberdade de expressão, liberdade de associação e de uma imprensa livre;
- (2) Estabilidade Política e Ausência de Violência - mede as percepções da probabilidade de que o governo vai ser desestabilizado ou derrubado por inconstitucionalidade, meios adicionais ou violentos, incluindo o terrorismo;
- (3) Eficácia do Governo - mede a qualidade dos serviços públicos, o grau de sua independência das pressões políticas, a qualidade da formulação e implementação da política e da credibilidade bem como o compromisso do governo com tais políticas;
- (4) Qualidade Regulatória - mede percepções da capacidade do governo de formular e implementar políticas e regulamentos que permitem e promovem o desenvolvimento do setor privado;
- (5) Estado de Direito - mede o grau em que os agentes têm confiança e respeitam

- as regras da sociedade, e em particular a qualidade da execução de contratos, a polícia e os tribunais, bem como a probabilidade de crime e violência; e
- (6) Controle da Corrupção - mede percepções que incluem tanto pequenas formas quanto grandes formas de corrupção.

Os autores Silva e Drumond (2004, p.6) complementam o que fora antes publicado por Jacques (2013) e Jannuzzi (2014):

“Com isso, a adoção de critérios de desempenho e de obtenção de resultados por parte da gestão pública gerencial envolve, questões relevantes de mensuração. A literatura voltada à mensuração de desempenho e resultados da gestão pública tem apontado a utilização de indicadores físicos ou qualitativos para indicar os benefícios que constituem os objetivos e metas das políticas avaliadas. Apenas os custos são expressos em termos monetários e com esses são comparados os benefícios físicos ou qualitativos para fins de avaliação. De fato, a identificação dos benefícios de políticas públicas demanda, primeiramente, a determinação dos índices físicos e qualitativos de desempenho, o que transparece das diversas experiências e estudos. Assim, programas habitacionais comparam seus custos orçados com o aumento da taxa de ocupação de apartamentos populares (Osborne & Gaebler, 1995, p.67). Programas de emprego para jovens medem o percentual de estagiários que conseguiram colocar em empresas, bem como o nível de satisfação dos seus empregadores (id., p. 155). Quando governos locais buscam identificar através de “benchmarking” as “melhores práticas” de outras comunidades, a fim de compará-las com eficiência de seus atuais programas, são os índices qualitativos de atendimento de programas alternativos que, confrontados com os respectivos custos, constituem os parâmetros de avaliação.”

Ainda, os autores Drumond e Silva (2004, p.6-7) além de apresentar sobre o plano plurianual e a legislação orçamentária, também citam Catelli (2001, p.7) para embasar sobre indicadores:

“O critério do uso de recursos em programas alternativos, conforme os respectivos índices de atendimento à sociedade, caracteriza um dos principais objetivos da nova estrutura de planejamento orçamentário do governo brasileiro, com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, nos quais as ações de governo estão inseridas em programas e a avaliação destes está voltada para resultados e, certamente, o resultado de programas similares serão comparados. Assim, se, a um mesmo custo, o programa social A (que atendeu 50.000 famílias) e o programa social B (que conseguiu atender apenas 30.000 famílias), os recursos serão canalizados para o programa social A.

As dificuldades da mensuração restrita aos indicadores físicos ou qualitativos são destacadas por Catelli, et al. (2001, p. 7) dessa maneira:

‘Na avaliação das organizações públicas, é usual que resultados sejam definidos por indicadores físicos ou qualitativos. Tais critérios, entretanto, não são isentos de dificuldades. Tais valores, por exemplo, kWh e mortalidade infantil, são muitas vezes de natureza diversa e de difícil comparação. A aplicação de pesos e ponderações para se apurarem notas e ratings deixa largo espaço para arbitrariedades e pressões políticas. Merece um rating maior uma atividade que se destacou na geração de benefícios, mas necessitou de enormes subsídios? É bom ou mau desempenho atender a 5.000 famílias carentes a um custo R\$ 50.000,00’.

Com efeito, por mais intensa que venha sendo a elaboração das técnicas de mensuração por índices físicos e qualitativos, permanece a impossibilidade de se utilizar escalas de natureza diversa para comparar benefícios e custos. Por isso, as limitações da abordagem dos resultados das políticas e serviços públicos apenas mediante índices físicos e qualitativos levanta a questão da mensuração econômica dos benefícios que a atuação governamental proporciona à sociedade - Entretanto mesmo nos países originários do governo orientado para resultados, como notam Osborne & Gaebler (1995, p. 17) a elaboração de indicadores de desempenho ainda não é generalizada, mas se encontra um desenvolvimento, a partir de instituições que melhor admitem a gestão por resultados.”

Em complemento ao que foi publicado pelos autores anteriormente, focando na aplicação dos indicadores de gestão e no processo de gerenciamento de serviços, Araújo et al. (2021, p. 177) fazem a seguinte colocação sobre esses temas:

“A aplicação de indicadores de gestão segue uma linha que pode ser direcionada de duas formas diferentes. A primeira proposição voltada para a perspectiva do gestor público como instrumento gerenciar melhor os recursos disponíveis, ao mesmo tempo em que possa prestar contas ou informar a comunidade sobre o uso destes recursos (SECCHI, DE SOUZA MACHADO, 2021, LAMOGLIA, OHAYON, DA COSTA MARQUES, 2020). Na segunda proposição se tem o olhar do cidadão e de entidades fiscalizadoras, as quais poderão exercer um melhor controle e avaliação do desempenho do gestor público. Note que em ambas as situações a formação de indicadores de gestão são capazes de medir um sistema integrado de informação. No processo de gerenciamento dos serviços públicos devem ser guiados no princípio da maximização a eficiência na gestão dos recursos (PÉREZ-LÓPEZ; PRIOR; ZAFRA-GÓMEZ, 2015). Neste contexto, Costa et al. (2012), coloca em questão a eficiência do gasto público, diante seu aspecto de desempenho governamental, com sua avaliação através da adoção de indicadores capazes de descortinar a evolução do desempenho, bem como auxiliar na projeção de metas para melhorá-lo. Da mesma forma, Song e Meier (2018), indagam que a avaliação de desempenho é essencial para os governos modernos, todavia, há pouca atenção nas diferenças entre os vários indicadores de desempenho.”

Por fim, os autores Araújo et al (2021, p.177-178) chegam à seguinte conclusão:

“Neste ponto, reflete-se que o controle da gestão se torna parte do processo administrativo, sendo de responsabilidade da administração estabelecer os indicadores, que permitiriam avaliada a sua própria gestão, sendo observado a lei e os princípios constitucionais (LAMOGLIA; OHAYON; DA COSTA MARQUES, 2020). Os órgãos de fiscalização e controle auditar e avaliar: o estabelecimento e adoção dos indicadores se os indicadores adequados para avaliar a gestão e se foram providenciadas ações corretivas necessárias (GRATERON, 1999). Ressalta-se que o governo de acordo com Bryson, Crosby e Bloomberg (2014) tem a função de desempenhar o papel de valores públicos, mas os cidadãos, bem como empresas e organizações sem fins lucrativos, são importantes como solucionadores de problemas.”

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2014), o IBGE produz duas importantes pesquisas acerca da capacidade de gestão governamental. No âmbito dos municípios, produz a Pesquisa Básica de Informações Municipais (MUNIC). Já no âmbito dos estados, produz a Pesquisa Básica de Informações Estaduais (ESTADIC). Ambas trazem informações úteis ao gestor no que se refere à capacidade de gestão em

assistência social, a chamada TACGAS.

Além disso, o MDS produz anualmente o CensoSUAS, importante instrumento de coleta de informações acerca da implementação do Sistema Único de Assistência Social nos estados e municípios. As informações do CensoSUAS servem não apenas ao monitoramento da aplicação dos recursos federais e da qualidade da oferta dos serviços ofertados pelo SUAS, mas também ao conhecimento da própria cobertura e das características da rede de assistência social dos municípios. Essas informações são essenciais para compor o diagnóstico da oferta de serviços do município (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014)

Segundo o Programa Cidades Sustentáveis (2021, p. 21), quanto a transparência dos Indicadores publicados pelas Fontes de Dados, mais recentemente, o Decreto Presidencial 8.777/2016 criou a Política de Dados Abertos do governo federal, com o objetivo de ampliar o fornecimento de informações e estatísticas sob o controle do Estado, buscando aumentar a transparência e propiciar o controle social (Art. 1º), fomentando também as pesquisas em gestão pública. Mesmo informações que em um primeiro momento não estejam disponíveis podem ser solicitadas via requerimento administrativo por qualquer cidadão, de tal modo que o pedido só possa ser negado por decisão devidamente fundamentada, seja pelo dado ser classificado como sigiloso, conforme definição estabelecida em lei, ou quando a sua divulgação impuser gastos desproporcionais e não previstos aos cofres públicos. Ainda assim, se a negativa se basear em excesso de gastos, o poder público deverá apresentar análise de viabilidade de sua inclusão futura em plataforma digital.

Com isso, a abertura de dados é um desdobramento natural do próprio princípio da publicidade da administração pública, assegurando o amplo acesso a todo tipo de dado, incluindo indicadores que sirvam como subsídio para a tomada de decisões ou, ainda, para monitorar a eficiência e os custos de determinada política, obra ou serviço. São, portanto, dos mais importantes subsídios para a formulação de políticas públicas e para o exercício do controle social. Essa medida também se aplica a estados e municípios, a exemplo do Decreto Estadual nº 55.559/2010 - SP, criado antes da iniciativa federal. A existência de portais específicos de dados em cada estado ou município pode ser consultada no próprio site oficial do respectivo ente federativo (Programa Cidades Sustentáveis, 2021).

Tratando-se de informações provenientes do Estado, a publicidade é a regra geral em qualquer nível da Federação, incluindo as entidades da administração indireta, fundações, autarquias e congêneres, e ainda no caso de entidades privadas que recebam para

fornecimento de bens e serviços em parceria ou sob financiamento público. Logo, os cidadãos têm o direito de ter acesso a todo tipo de gastos, planejamentos e decisões tomadas pelo poder público. A exceção se dá quando a informação é classificada como sigilosa (Lei 12.527/2011, Art. 4º, III), o que ocorre somente em caráter temporário e quando assim o exigirem a segurança do Estado ou da sociedade, sobretudo em respeito à privacidade. Esse sigilo, contudo, não é absoluto e pode ser aplicado de modo parcial, a depender do caso concreto (Programa Cidades Sustentáveis, 2021).

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método utilizado para a realização da pesquisa foi de maneira descritiva, que é um método onde são recolhidas informações mais específicas e detalhadas. Nessa metodologia foi buscada a relação entre as organizações e indicadores que foram propostos no objeto de estudo, tendo em vista a análise, o registro e a interpretação das informações obtidas através da pesquisa.

Foram estudadas sete instituições que foram utilizadas como fontes de estudo para se obter o objetivo desejado na pesquisa. Essas organizações foram selecionadas por serem de fácil acesso e possuírem plataformas mais elucidativas dos indicadores estudados do setor público.

A pesquisa obteve resultados de forma qualitativa apresentando os indicadores, sua descrição, fonte de dados, periodicidade e tema relacionado.

As organizações que obtiveram informações utilizadas para a pesquisa estão apresentadas em forma de tabela elaborada com o uso do Excel representadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Instituições estudadas para a apresentação dos indicadores

<b>Instituições</b>	<b>Site de Acesso</b>
FIRJAN: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro	<a href="https://www.firjan.com.br/">https://www.firjan.com.br/</a>
TCE-SP: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	<a href="https://www.tce.sp.gov.br/">https://www.tce.sp.gov.br/</a>
FEE: Fundação de Economia e Estatística	<a href="https://arquivofee.rs.gov.br/">https://arquivofee.rs.gov.br/</a>
MGISP - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	<a href="https://www.gov.br/plataforma-maisbrasil/pt-br/ferramentas-de-gestao-e-transparencia-1/painéis-gerenciais">https://www.gov.br/plataforma-maisbrasil/pt-br/ferramentas-de-gestao-e-transparencia-1/painéis-gerenciais</a>
TCE-PE: Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco	<a href="https://www.tce.pe.gov.br/internet/">https://www.tce.pe.gov.br/internet/</a>

Prefeitura do Recife	<a href="https://www2.recife.pe.gov.br/">https://www2.recife.pe.gov.br/</a>
TCU: Tribunal de Contas da União	<a href="https://portal.tcu.gov.br/inicio/">https://portal.tcu.gov.br/inicio/</a>

FONTE: Elaborado pelo Autor (2023)

#### 4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

A partir da pesquisa realizada foram identificados indicadores das esferas federais, estaduais e municipais de sete instituições e apresentada a descrição do indicador, a periodicidade, o tema e o site.

Dentre as instituições estudadas, a FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) e a FEE (Fundação de Economia e Estatística) não apresentaram dados mais atualizados, apenas datando as versões mais recentes dos anos de 2018 e 2015, respectivamente, enquanto organizações como IBGE, TCE-SP, MGISP, Prefeitura do Recife e TCU apresentam informações atualizadas dos anos 2022/2023, conforme pode ser observado no Quadro 02, onde os indicadores são apresentados organizados por instituição fonte.

Quadro 2 - Indicadores do setor público apresentados nas suas respectivas instituições.

N.	Indicador	Instituição	Período dos Indicadores	Tema(s)	Descrição	Site de Acesso
1	IFDM (Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal) - Desde 2014	FIRJAN	2014 - Anualmente	Saúde, Educação, Emprego e Renda	Sua metodologia possibilita determinar, com precisão, se a melhora relativa ocorrida em determinado município decorre da adoção de políticas específicas ou se o resultado obtido é apenas reflexo da queda dos demais municípios. E esse indicador corresponde à média dos indicadores de Saúde, Educação e Emprego e	<a href="https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/">https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/</a>

					Renda. (Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM). FIRJAN, 2014.)	
2	Índice Municipal da Educação (i-Educ) - Desde 2015	TCE-SP	2015 - Anualmente	Educação	Mede os resultados do setor por meio de quesitos relacionados à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental, com foco em infraestrutura escolar	<a href="https://painel.tce.sp.gov.br/pentaho/api/repos/%3Apublic%3Aieg_m%3Aieg_m.wcdf/generatedContent?userId=anony&amp;password=zero">https://painel.tce.sp.gov.br/pentaho/api/repos/%3Apublic%3Aieg_m%3Aieg_m.wcdf/generatedContent?userId=anony&amp;password=zero</a>
3	Índice Municipal da Saúde (i-Saúde) - Desde 2015	TCE-SP	2015 - Anualmente	Saúde	Mede os resultados da área por meio de quesitos relacionados à Atenção Básica, às Equipes de Saúde da Família, aos Conselhos Municipais de Saúde, a tratamentos e vacinação (Índice de Efetividade da Gestão Municipal: Os índices temáticos. TCE-SP, 2015.)	<a href="https://painel.tce.sp.gov.br/pentaho/api/repos/%3Apublic%3Aieg_m%3Aieg_m.wcdf/generatedContent?userId=anony&amp;password=zero">https://painel.tce.sp.gov.br/pentaho/api/repos/%3Apublic%3Aieg_m%3Aieg_m.wcdf/generatedContent?userId=anony&amp;password=zero</a>

4	Índice Municipal do Planejamento (e-Planejamento) - Desde 2015	TCE-SP	2015 - Anualmente	Planejamento	Mede a consistência entre o planejado e o efetivamente implementado e a coerência entre as metas e os recursos empregados	<a href="https://painel.tce.sp.gov.br/pentaho/api/repos/%3Apublic%3Aieg_m%3Aiegm.wcdf/generatedContent?userId=anony&amp;password=zero">https://painel.tce.sp.gov.br/pentaho/api/repos/%3Apublic%3Aieg_m%3Aiegm.wcdf/generatedContent?userId=anony&amp;password=zero</a>
5	Índice Municipal da Gestão Fiscal (i-Fiscal) - Desde 2015	TCE-SP	2015 - Anualmente	Gestão Fiscal	Mede os resultados da administração fiscal a partir da análise da execução financeira e orçamentária e do respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)	<a href="https://painel.tce.sp.gov.br/pentaho/api/repos/%3Apublic%3Aieg_m%3Aiegm.wcdf/generatedContent?userId=anony&amp;password=zero">https://painel.tce.sp.gov.br/pentaho/api/repos/%3Apublic%3Aieg_m%3Aiegm.wcdf/generatedContent?userId=anony&amp;password=zero</a>
6	Índice Municipal do Meio Ambiente (i-Amb) - Desde 2015	TCE-SP	2015 - Anualmente	Meio Ambiente	Mede os resultados das ações relacionadas ao ecossistema que impactam serviços e a qualidade de vida do cidadão. Examina dados sobre resíduos sólidos, educação ambiental e estrutura dos conselhos relacionados ao setor, entre outros.	<a href="https://painel.tce.sp.gov.br/pentaho/api/repos/%3Apublic%3Aieg_m%3Aiegm.wcdf/generatedContent?userId=anony&amp;password=zero">https://painel.tce.sp.gov.br/pentaho/api/repos/%3Apublic%3Aieg_m%3Aiegm.wcdf/generatedContent?userId=anony&amp;password=zero</a>

7	Índice Municipal de Proteção dos Cidadãos (i-Cidade) - Desde 2015	TCE-SP	2015 - Anualmente	Proteção dos Cidadãos	Mede o grau de planejamento de ações relacionadas à segurança dos municípios diante de eventuais acidentes e desastres naturais	<a href="https://painel.tce.sp.gov.br/pentaho/api/repos/%3Apublic%3Aieg_m%3Aiegm.wcdf/generatedContent?userId=anony&amp;password=zero">https://painel.tce.sp.gov.br/pentaho/api/repos/%3Apublic%3Aieg_m%3Aiegm.wcdf/generatedContent?userId=anony&amp;password=zero</a>
8	Índice Municipal de Governança de Tecnologia da Informação (i-Gov TI) - Desde 2015	TCE-SP	2015 - Anualmente	Tecnologia	Mede o grau de utilização de recursos tecnológicos em áreas como capacitação de pessoal, transparência e segurança da informação	<a href="https://painel.tce.sp.gov.br/pentaho/api/repos/%3Apublic%3Aieg_m%3Aiegm.wcdf/generatedContent?userId=anony&amp;password=zero">https://painel.tce.sp.gov.br/pentaho/api/repos/%3Apublic%3Aieg_m%3Aiegm.wcdf/generatedContent?userId=anony&amp;password=zero</a>
9	Bloco Educação	FEE	2015	Educação	O Bloco utiliza cinco indicadores, que se dividem em quatro sub-blocos, de acordo com faixas etárias: (1.1) população entre quatro e cinco anos (pré-escola); (1.2) população entre seis e 14 anos (ensino fundamental); (1.3) população entre 15 e 17 anos (ensino médio); e (1.4) população com 18 anos ou mais (escolaridade adulta). O índice	<a href="https://arquivofee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/metodologia/">https://arquivofee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/metodologia/</a>

					final do Bloco Educação é a média aritmética dos índices desses sub-blocos. (Metodologia Idese - FEE, 2015)	
10	Bloco Renda	FEE	2015	Renda	O Bloco Renda é composto por dois sub-blocos, que analisam a renda por duas óticas distintas: (2.1) apropriação de renda; e (2.2) geração de renda. O índice final do Bloco Renda é a média aritmética dos seus sub-blocos. (Metodologia Idese - FEE, 2015)	<a href="https://arquivofee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/metodologia/">https://arquivofee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/metodologia/</a>
11	Bloco Saúde	FEE	2015	Saúde	O Bloco Saúde utiliza cinco indicadores, que são divididos em três sub-blocos: (3.1) saúde materno-infantil; (3.2) condições gerais de saúde; e (3.3) longevidade. O índice final do Bloco Saúde é a média aritmética dos índices desses sub-blocos. (Metodologia Idese - FEE, 2015)	<a href="https://arquivofee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/metodologia/">https://arquivofee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/metodologia/</a>

12	AP01 - Propagação dos Programas - Desde 2022	MGISP	2010 - Mensalmente	Transferências voluntárias (Convênios e Contratos de Gestão)	O resultado do indicador é encontrado na razão entre a quantidade de propostas recebidas e a quantidade total de programas amplos	<a href="https://clust erqap2.economia.gov.br/extensions/painel-indicadores-hom/painel-indicadores.html">https://clust erqap2.economia.gov.br/extensions/painel-indicadores-hom/painel-indicadores.html</a>
13	AP02 - Percentual de propostas analisadas - Desde 2022	MGISP	2010 - Mensalmente	Transferências voluntárias (Convênios e Contratos de Gestão)	O resultado do indicador é encontrado na razão entre a quantidade de propostas analisadas e a quantidade de propostas recebidas	<a href="https://clust erqap2.economia.gov.br/extensions/painel-indicadores-hom/painel-indicadores.html">https://clust erqap2.economia.gov.br/extensions/painel-indicadores-hom/painel-indicadores.html</a>
14	AP03 - Percentual de celebração de instrumentos - Desde 2022	MGISP	2010 - Mensalmente	Transferências voluntárias (Convênios e Contratos de Gestão)	O resultado do indicador é encontrado na razão entre a quantidade de instrumentos assinados e a quantidade de propostas aprovadas	<a href="https://clust erqap2.economia.gov.br/extensions/painel-indicadores-hom/painel-indicadores.html">https://clust erqap2.economia.gov.br/extensions/painel-indicadores-hom/painel-indicadores.html</a>
15	AP04 - Quantidade média de pareceres emitidos - Desde 2022	MGISP	2010- Mensalmente	Transferências voluntárias (Convênios e Contratos de Gestão)	O resultado do indicador é encontrado na razão entre a quantidade de pareceres emitidos e a quantidade de instrumentos assinados	<a href="https://clust erqap2.economia.gov.br/extensions/painel-indicadores-hom/painel-indicadores.html">https://clust erqap2.economia.gov.br/extensions/painel-indicadores-hom/painel-indicadores.html</a>

16	EX01 - Utilização do aplicativo Fiscalização +Brasil - Desde 2022	MGISP	2010 - Mensalmente	Transferências voluntárias (Convênios e Contratos de Gestão)	O resultado do indicador é encontrado na razão entre o somatório de instrumentos nos quais é utilizado o aplicativo e a quantidade de instrumentos do órgão.	<a href="https://clust erqap2.economia.gov.br/extensions/painel-indicadores-hom/painel-indicadores.html">https://clust erqap2.economia.gov.br/extensions/painel-indicadores-hom/painel-indicadores.html</a>
17	EX02 - Percentual de instrumentos com cláusula suspensiva - Desde 2022	MGISP	2010 - Mensalmente	Transferências voluntárias (Convênios e Contratos de Gestão)	O resultado do indicador é encontrado na razão entre a quantidade de instrumentos com cláusula suspensiva e a quantidade de instrumentos em execução	<a href="https://clust erqap2.economia.gov.br/extensions/painel-indicadores-hom/painel-indicadores.html">https://clust erqap2.economia.gov.br/extensions/painel-indicadores-hom/painel-indicadores.html</a>
18	EX03 - Percentual de instrumento sem desembolso - Desde 2022	MGISP	2010 - Mensalmente	Transferências voluntárias (Convênios e Contratos de Gestão)	O resultado do indicador é encontrado na razão entre a quantidade de instrumentos sem desembolso após 60 dias do primeiro aceite de licitação e a quantidade de instrumentos em execução com aceite de licitação.	<a href="https://clust erqap2.economia.gov.br/extensions/painel-indicadores-hom/painel-indicadores.html">https://clust erqap2.economia.gov.br/extensions/painel-indicadores-hom/painel-indicadores.html</a>

19	PC02 - Proporção de instrumento s aprovados sem ressalvas - Desde 2022	MGISP	2010 - Mensalmente	Transferênci as voluntárias (Convênios e Contratos de Gestão)	O resultado do indicador é encontrado na razão entre a quantidade de instrumentos encerrados sem ressalva e a quantidade de instrumentos com prestação de contas analisada	<a href="https://clust&lt;br/&gt;erqap2.econ&lt;br/&gt;omia.gov.br&lt;br/&gt;/extensions/&lt;br/&gt;painel-indic&lt;br/&gt;adores-hom/&lt;br/&gt;painel-indic&lt;br/&gt;adores.html">https://clust erqap2.econ omia.gov.br /extensions/ painel-indic adores-hom/ painel-indic adores.html</a>
20	PC04 - Proporção de instrumento s encerrados com saldo em conta - Desde 2022	MGISP	2010 - Mensalmente	Transferênci as voluntárias (Convênios e Contratos de Gestão)	O resultado do indicador é encontrado na razão entre a quantidade de instrumentos encerrados com saldo em conta e a quantidade de instrumentos encerrados.	<a href="https://clust&lt;br/&gt;erqap2.econ&lt;br/&gt;omia.gov.br&lt;br/&gt;/extensions/&lt;br/&gt;painel-indic&lt;br/&gt;adores-hom/&lt;br/&gt;painel-indic&lt;br/&gt;adores.html">https://clust erqap2.econ omia.gov.br /extensions/ painel-indic adores-hom/ painel-indic adores.html</a>

21	IEGM - Índice de Efetividade de Gestão Municipal - Desde 2016	TCE-PE	2016 - Anualmente	Gestão de Riscos	É uma ferramenta de diagnóstico que visa avaliar a efetividade da gestão administrativa das prefeituras. Ele é composto por sete indicadores envolvendo boas práticas nas temáticas de Educação, Saúde, Planejamento, Gestão Fiscal, Meio Ambiente, Proteção das Cidades e Governança da Tecnologia da Informação.	<a href="https://www.tce.pe.gov.br/internet/index.php/iegm#:~:text=Ele%20%C3%A9%20composto%20por%20sete,Governan%C3%A7a%20da%20Tecnologia%20da%20Informa%C3%A7%C3%A3o.">https://www.tce.pe.gov.br/internet/index.php/iegm#:~:text=Ele%20%C3%A9%20composto%20por%20sete,Governan%C3%A7a%20da%20Tecnologia%20da%20Informa%C3%A7%C3%A3o.</a>
22	IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Educação - Desde 1991	Prefeitura do Recife	1991 - Anualmente	Educação	A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação. A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o indicador	<a href="https://www2.recife.pe.gov.br/pagina/informacoes-socioeconomicas">https://www2.recife.pe.gov.br/pagina/informacoes-socioeconomicas</a>

23	IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Longevidade - Desde 1991	Prefeitura do Recife	1991 - Anualmente	Longevidade	A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).	<a href="https://www2.recife.pe.gov.br/pagina/informacoes-socioeconomicas">https://www2.recife.pe.gov.br/pagina/informacoes-socioeconomicas</a>
24	IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Renda - Desde 1991	Prefeitura do Recife	1991 - Anualmente	Renda	Neste indicador é aplicado o Índice de Gini, um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.	<a href="https://www2.recife.pe.gov.br/pagina/informacoes-socioeconomicas">https://www2.recife.pe.gov.br/pagina/informacoes-socioeconomicas</a>

25	Índice Geral de Governança - Desde 2017	TCU	2017 - Anualmente	Governança	Mede o índice geral de governança consolidado da Administração Pública Federal	<a href="https://portal.tcu.gov.br/governanca/governanca-no-tcu/levantamento-de-governanca-resultados-do-tcu/">https://portal.tcu.gov.br/governanca/governanca-no-tcu/levantamento-de-governanca-resultados-do-tcu/</a>
----	---	-----	-------------------	------------	--	---

FONTE: Elaborado pelo Autor (2023)

Foram apresentados vinte e cinco indicadores, fornecidos por sete instituições e que abrangem treze temas, são eles: educação, saúde, emprego e renda, planejamento, gestão fiscal, transferências voluntárias (convênios e contratos de gestão), meio ambiente, proteção dos cidadãos, tecnologia, gestão de riscos, longevidade e governança.

Foram apresentados quatro indicadores relacionados à Educação, que apresentam informações sob aspectos diferentes, conforme o interesse das instituições (TCE-SP, FIRJAN, Prefeitura do Recife e FEE). Partindo do indicador do bloco educação (FEE) que se subdividia em 4 sub-blocos em que cada grupo era dividido por idade e grupo escolar, o resultado final era encontrado a partir da média aritmética desses 4 itens, já o I-Educ (TCE-SP) mede seus resultados por meio de quesitos relacionados à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental, focando em infraestrutura escolar.

Os indicadores apresentados pelo MGISP (que corresponde a parte do Ministério da Economia na gestão presidencial do período de 2019 a 2022) estão relacionados às transferências voluntárias da União (convênios e contratos de gestão) e são baseados em dados do SICONV, Plataforma Mais Brasil e, atualmente, denominada Transferegov. Os indicadores são apresentados de forma bastante completa, possibilitando o uso de filtros e apresentação através de *dashboards*.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Foram apresentadas sete fontes de indicadores das esferas federais, estaduais, municipais e privada, vinte e cinco indicadores relacionados a treze temas, a saber: educação, saúde, emprego e renda, planejamento, gestão fiscal, transferências voluntárias (convênios e contratos de gestão), meio ambiente, proteção dos cidadãos, tecnologia, gestão de riscos, longevidade e governança.

Em relação à periodicidade de disponibilização dos indicadores e o período aos quais os dados se referem observa-se situações diferentes, a depender do interesse da instituição.

A partir dos indicadores apresentados estudos podem ser desenvolvidos para orientar a tomada de decisão de gestores, possibilitar a identificação de impactos de políticas, dentre outros.

## REFERÊNCIAS

ANDREWS, M. (2008) **The Good Governance Agenda: Beyond Indicators without Theory**. Oxford Development Studies, 36(4), 379-407.

ANELISE, Ingrid; KUBO, Roseli; GAVIOLI, Rosângela. **Indicadores sociais sobre pessoas com deficiência intelectual**: ensaio interseccional com vistas a políticas de educação. Scielo, 06 de Dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/YvC7QTRwm3WXpjQZTzHySZF>. Acesso em: 03/05/2023.

ARAÚJO, J.; CAVALCANTI, E. **Big Data Open, Governo Eletrônico e Indicadores Públicos Pós Pandemia**. In: GONÇALVES, F. Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Casos Práticos e inovações como respostas à Covid 19. Editora UFPE, Recife, 2021. Cap. 8, p. 173-193.

BOUCKAERT, G; Van de Walle, S. (2003) **Comparing measures of citizen trust and user satisfaction as indicators of 'good governance'**: Difficulties in linking trust and satisfaction indicators . International Review of Administrative Sciences, 69, 329-343.

BOVAIRD, T.; Löffler. E. (2003) **Evaluating the quality of public governance: Indicators, models and methodologies**. International Review of Administrative Science, 69, 313-328.

CARMO, Railda. **Os Indicadores Socioeconômicos, Histórico, Formulação e Análise**. Webartigos, 12 de Julho de 2013. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/os-indicadores-socioeconomicos-historico-formulacao-e-analise/110516>. Acesso em: 03/05/2023.

CATELLI, A. e Outros. **Gestão Econômica de Organizações Governamentais**. In Congresso do instituto internacional de custos, 7., 2001, Leon.

COSTA, E. M.; SOUZA, H. R. de; RAMOS, F. de S.; SILVA, J. L. M. da. **Eficiência e desempenho no ensino superior: uma análise da fronteira de produção educacional das IFES brasileiras**. Revista de Economia Contemporânea, v. 16, n. 3, p. 415-440, 2012.

FERNANDES, N.; ISRAEL, P.; CRISTINA, F.; LEAL, V.; SOUZA, J.; TAVARES, J.; COELHO, P.; CHAGAS, E.. **Overweight in adolescents: Food Insecurity and Multifactoriality in Semiarid Regions of Pernambuco**, Scielo, 25 de Novembro de 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpp/a/HxwkMmcF4rfYBvqTygfdzC/?lang=en>. Acesso em: 03/05/2023

FERREIRA, J.; FERREIRA, L.; HENRIQUE, D. **Sobre implementação de políticas públicas**: uma revisão sistemática da literatura e agenda de pesquisas. Scielo, 01 de Agosto de 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/dSXcC7gdLqHYRzhGdTBPqjm>. Acesso em: 03/05/2023.

GRATERON, I. **Auditoria de gestão: utilização de indicadores de gestão no setor público**. Caderno de estudos, n. 21, p. 01-18, 1999.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política pública, seus ciclos e subsistemas**. Rio

de Janeiro: Ed. Campus, 2013.

**IEGM - Índice de Efetividade da Gestão Municipal.** Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, 2021. Disponível em: <https://www.tce.pe.gov.br/internet/index.php/iegm#:~:text=Ele%20%C3%A9%20composto%20por%20sete,Governan%C3%A7a%20da%20Tecnologia%20da%20Informa%C3%A7%C3%A3o>, Acesso em: 23/04/2023

**Índice de Efetividade da Gestão Municipal: Os índices temáticos.** Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, 2015. Disponível em: [https://painel.tce.sp.gov.br/pentaho/api/repos/%3Apublic%3Aieg\\_m%3Aiegm.wcdf/generatedContent?userid=anony&password=zero](https://painel.tce.sp.gov.br/pentaho/api/repos/%3Apublic%3Aieg_m%3Aiegm.wcdf/generatedContent?userid=anony&password=zero). Acesso em: 08/03/2023

**Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM).** FIRJAN, 2014. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/>. Acesso em: 08/03/2023

**Indicadores do Programa.** Banco Itaú, 2018. Disponível em: <https://www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores/integridade/indicadores-do-programa/>. Acesso em: 14/03/2023

**Indicadores na Gestão Pública.** Instituto Rui Barbosa, 17 de Setembro de 2020. Disponível em: <<https://irbcontas.org.br/indicadores-na-gestao-publica/>>. Acesso em: 03/01/2023

**Informações Socioeconômicas. Prefeitura do Recife,** 2010. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/pagina/informacoes-socioeconomicas>. Acesso em: 23/04/2023

JACQUES, F.; VICENTE, E.; ENSSLIN, S.. **Indicadores de Governança no Setor Público:** bibliometria em artigos internacionais, 2013, p. 7-8.

JANNUZZI, P. **A importância da informação estatística para as políticas sociais no Brasil: breve reflexão sobre a experiência do passado para considerar no presente.** Scielo, 04 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/77qbqWdQWx3b5gg7wLVmtsF/?lang=pt>. Acesso em: 28/03/2023

JANNUZZI, P. **Indicadores Sociais na Formulação e Avaliação de Políticas Públicas.** Campinas: Ed. Alínea, 2002.

JANNUZZI, P. **Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública. 3ª Edição Revisada e Atualizada,** 2014, Cap. 1, p. 13-54.

JANNUZZI, P. **Monitoramento e avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas.** Campinas: Alínea, 2016.

JÚNIOR, W. **Indicadores socioeconômicos na gestão pública - Noções,** Estudo Administração, 09 de Setembro de 2016. Disponível em: <https://www.estudoadministracao.com.br/ler/indicadores-socioeconomicos-na-gestao-publica-nocoas/>. Acesso em: 03/05/2023

KAUFMANN, D.; KRAAY, A ; ZOIDO-LOBATON, P. (1999) **Governance Matters, World**

**Bank Policy**; Research Working Paper 2196.

KAUFMANN, D.; KRAAY, A. **Governance Indicators: Where Are We, Where Should We Be Going?** The World Bank Research Observer, 2008, 23(1), 1-30.

KNACK, S.; KUGLER, M.; MANNING, N. **Second-generation Governance Indicators, in this issue**, 2003.

LAMOGLIA, F.; OHAYON, P.; DA COSTA MARQUES, J. **A Demonstração do Resultado Econômico como Indicador de Eficiência na Gestão do Gasto Público**. Sociedade, Contabilidade e Gestão, v. 15, n. 4, p. 160-177, 2020.

**Levantamento de Governança e Gestão Públicas**. Tribunal de Contas da União, 2021. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/governanca/governanca-no-tcu/levantamento-de-governanca-resultados-do-tcu/>. Acesso em: 23/04/2023

LIPARELLI, Thomas. **Onde estão os indicadores de sustentabilidade de MS**, Campo Grande News, 30 de Janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/artigos/onde-estao-os-indicadores-de-sustentabilidade-de-ms>. Acesso em: 03/05/2023.

MARIA, D.; SCHMITZ, H.; FERREIRA, J. **Políticas Públicas e estratégias de reprodução social: o PAA para mulheres no Nordeste e no Norte do Brasil**, v. 23, n. 2, p. 61-83, maio-ago 2020.

**Metodologia Idese - 2015**. FEE, 21 de Março 2018. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/metodologia/>. Acesso em: 14/03/2023

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Fontes de Dados e Indicadores Sociais**. In: Indicadores para Diagnóstico e Acompanhamento do SUAS e do BSM. Cap. 4, p. 93-116, 2014.

OSBORNE, D.; GAEBLER, T. **Reinventando o governo**. Tradução de Sérgio Fernando G. Bath e Ewandro M. Júnior. 6ª edição. Brasília, MH Comunicação, 1995.

**Painel de Indicadores**. MGISP, 2022. Disponível em: <https://clusterqap2.economia.gov.br/extensions/painel-indicadores-hom/painel-indicadores.html>. Acesso em: 15/03/2023

PÉREZ-LÓPEZ, G.; PRIOR, D.; ZAFRA-GÓMEZ, J. L. **Rethinking New Public Management Delivery Forms and Efficiency: Long-Term Effects in Spanish Local Government**. Journal of Public Administration Research And Theory, v. 25, n. 4, p. 1157-1183, 2015.

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Guia de Indicadores para a Gestão Pública**. In: Características Gerais dos Indicadores. Cap. 1 e 3, p. 6-16, p. 20-23, 2021

SECCHI, L.; DE SOUZA MACHADO, L. **Administração Pública Municipal no Oeste**

**Catarinense:** uma Análise de Indicadores Político-Institucionais. Revista Cadernos de Economia, v. 25, n. 41, p. 1-29, 2021.

SENA, A.; MACHADO, C.; BARCELLOS, C.; RAMALHO, W.; CORVALAN, C. **Medindo o invisível: análise dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em populações expostas à seca.** Sanar, Rio de Janeiro, Março de 2016. Disponível em: <https://www.sanarmed.com/artigos-cientificos/medindo-o-invisivel-analise-dos-objetivos-de-d-eseenvolvimento-sustentavel-em-populacoes-expostas-a-seca>. Acesso em: 03/05/2023.

SILVA, I.; DRUMOND, R. **A Necessidade de Utilização de Sistema de Custos e de Indicadores de Desempenho na Administração Pública,** Congresso USP, 2004, p. 6-7.

SONG, M.; MEIER, K. J. **Citizen Satisfaction and the Kaleidoscope of Government Performance:** How Multiple Stakeholders See Government Performance. Journal of Public Administration Research And Theory, p. 1-17, 2018.